



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro**

**Via Chamada de Vídeo  
16 de dezembro de 2022**

---

<b>PROPOSTA DE PAUTA</b>	
<b>1. Itens para pauta</b>	<b>Identificador</b>
1.1 Informes;  - Apresentação do Ministro Balazeiro como novo coordenador do Programa Trabalho Seguro - PTS;  - Audição dos atuais membros do Comitê Gestor Nacional do PTS;  - Estabelecimento de metas a serem alcançadas no âmbito do PTS para o ano de 2023;  - Audição sobre a forma de execução do planejamento regional relacionado ao PTS.	
<b>2. Pendências de reuniões anteriores</b>	<b>Identificador</b>
Não há pendências.	
<b>3. Deliberações via e-mail</b>	<b>Identificador</b>
Não houve deliberação por e-mail.	
<b>4. Agendamento da próxima reunião</b>	<b>Identificador</b>
A ser agendada.	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro**

**Via Chamada de Vídeo  
16 de dezembro de 2022**

ATA		
Local	Data	Horário
Via Chamada de Vídeo	16/12/2022	10h

A 10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) iniciou-se em 16 de dezembro de 2022, às 10h, por chamada de vídeo.

Estiveram presentes, além da Ministra Delaíde Arantes, os seguintes membros do Comitê Gestor Nacional do Trabalho Seguro e do apoio ao Comitê:

Nome
<b>MINISTRO ALBERTO BASTOS BALAZEIRO</b> Coordenador do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro – PTS
<b>SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA</b> Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
<b>LEONARDO VIEIRA WANDELLI</b> Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
<b>MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA</b> Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
<b>MARIA BEATRIZ THEODORO GOMES</b> Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Apoio ao Comitê
<b>GABRIELA LENZ DE LACERDA</b> Juíza Auxiliar da Presidência
<b>ADRIANA MELONIO</b> Juíza Auxiliar da Presidência



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro**

**Via Chamada de Vídeo  
16 de dezembro de 2022**

<b>HELENA MARTINS DE CARVALHO</b> Assessora da Presidência
<b>GRAZIELLE DE LUCA</b> Assessora da Presidência
<b>DICKSON ANSAH RIBEIRO FREMPONG</b> Chefe de Gabinete do Ministro Alberto Bastos Balazeiro
<b>JULIANA RAMOS MAGALHAES PATU</b> Assessora do Ministro Alberto Bastos Balazeiro

Após agradecer a presença de todos e de todas, a ex-Coordenadora Nacional do PTS, Ministra Delaíde Arantes, deu as boas-vindas ao atual Coordenador Nacional do PTS, Ministro Alberto Bastos Balazeiro, aos Gestores Nacionais e aos membros do apoio ao Comitê.

O Ministro Balazeiro, ao cumprimentar os membros do Comitê Gestor Nacional do Trabalho Seguro e do apoio ao Comitê, salientou a importância do PTS, bem como destacou ser uma honra participar do Programa.

A seguir, acrescentou que o objetivo da presente reunião consiste na escuta dos Gestores Nacionais sobre as experiências adquiridas ao longo de seus mandatos, na obtenção de informações sobre como está sendo executado o planejamento regional relacionado ao PTS e no estabelecimento de metas para o ano de 2023. Frisou que o conhecimento adquirido pelos Gestores Nacionais é muito importante para a manutenção do PTS. Acrescentou a importância de se debater sobre a produção irregular de fogos de artifício no nordeste do país. Registrou a possibilidade de aproximação entre o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do Tribunal Superior do Trabalho (CEFAST) e o PTS para a realização de eventos conjuntos.

Após, foram realizados os cumprimentos iniciais dos Gestores Nacionais.

Em seguida, o Desembargador Sebastião Geraldo realizou exposição acerca das atividades desenvolvidas pelo PTS nas últimas gestões. Apresentou os temas anuais/bienais do Programa desde 2012. Salientou que, em outubro de 2021, foi realizado, na forma de webnário, o 6º Seminário Internacional do Trabalho Seguro. Sugeriu a contratação de especialistas para se debater temas a serem abordados pelo PTS e embasar a proposição,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

## **10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro**

### **Via Chamada de Vídeo 16 de dezembro de 2022**

---

pelos Gestores Nacionais, de conteúdos a serem encaminhados ao Ministro Coordenador. Frisou que há previsão de realização do próximo Seminário Internacional para outubro de 2023 – evento de maior importância dentro do Programa. Apresentou dados oficiais que demonstram que houve diminuição no número de acidentes de trabalho registrados no país nos últimos anos, enfatizando a importância do Programa, da existência de políticas públicas e de diálogo social para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho. Indicou, entretanto, que, no ano de 2021, durante a pandemia de COVID-19, houve aumento do número de mortes por acidente de trabalho.

O Ministro Coordenador retomou a palavra para pontuar que, durante os últimos anos, houve grande flexibilização das Normas Regulamentares (NRs). Acrescentou que esse fato favoreceu o aumento do número de mortes por acidente de trabalho durante a pandemia da COVID-19.

A seguir, o Juiz do Trabalho Leonardo Wandelli asseverou que, a seu ver, o desafio do PTS é definir pontos focais, pois as matérias relacionadas ao escopo do programa são muito extensas. Afirmou, daí, que o Comitê Nacional possui essa difícil missão de selecionar o que será implementado. Acrescentou, também, a importância dos gestores regionais para a execução das ações planejadas pelo PTS.

Retomando, mais uma vez, a palavra, o Ministro Balazeiro ratificou a posição do Juiz do Trabalho Leonardo Wandelli, asseverando ainda necessidade de o Programa dialogar com a sociedade, além de destacar importância de se implementar ações de prevenção de acidentes. Salientou, por outro lado, a necessidade de se discutir os Programas de Gerenciamento de Riscos – PGR.

Ato contínuo, o Desembargador Sebastião Geraldo destacou que, nos anos iniciais do Programa, fora instituído um Comitê interinstitucional, que se reunia em Brasília. Este era composto por representantes do PTS e do Poder Executivo, com o objetivo de debater as NRs e as questões relacionadas à segurança e prevenção de acidentes. Concluiu que seria interessante que tal Comitê fosse restabelecido.

O Juiz do Trabalho Leonardo Wandelli afirmou que há necessidade de se aumentar o orçamento destinado às ações relacionadas ao Programa.

A Desembargadora Maria Beatriz enfatizou a importância de envolver a sociedade com as ações do Programa. Frisou que o PTS não possui viés, nem patronal, nem obreiro, sendo possível sustentar um diálogo com ambas as classes. Afirmou que esse entrosamento com a sociedade é fundamental para se alcançar a missão institucional de política pública do PTS, de valorização da vida, da saúde e da segurança do trabalhador.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

## **10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro**

### **Via Chamada de Vídeo 16 de dezembro de 2022**

---

A Desembargadora Márcia Nunes, por sua vez, frisou que o Brasil é muito plural. Asseverou, daí, que, ao lado da questão acadêmica, que tanto auxilia, é importante enxergar o Brasil dentro das especificidades de cada região. Enfatizou que a questão do orçamento é importante, acrescentando que realizar eventos no interior do país demanda custos maiores.

O Ministro Balazeiro retomou a palavra e realçou a importância de as ações do PTS abrangerem todas as regiões e especificidades do país. A seguir, destacou, mais uma vez, a necessidade de se revisar as NRs, e de se estudar mais profundamente a questão do trabalho nos presídios. Salientou também que uma forma de tornar o PTS perene consiste na entrega de ações concretas à sociedade.

Após, a Juíza do Trabalho Gabriela Lenz enfatizou que, em conversa com o Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do TST e do CSJT, foi observada a importância de se instituir uma Política de Trabalho Decente, que deverá abranger, além do PTS e do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (PCTI), os Programas de Equidade e de Combate à Escravidão, que serão criados durante a gestão do Ministro Lelio no TST. Afirmou que essa Política de Trabalho Decente será uma política do TST e do CSJT, em conjunto com a sociedade. Pontuou que a participação da sociedade civil nos Programas deixa a instituição mais forte. Sustentou haver necessidade de alternância na composição do Comitê. Acresceu, contudo, que a alternância completa dos membros do Comitê e do setor de apoio aos Programas não é benéfica, pois impacta na sua continuidade. Pontuou a possibilidade de se realizar um Seminário Internacional, abarcando tanto o PTS, quanto o PCTI. Resgatou que a questão sobre o acidente na produção irregular de fogos de artifício na Bahia não teve a repercussão merecida. Acrescentou a necessidade de se levar uma ação concreta para o local, a fim de se resolver o impasse. Afirmou que a questão do município de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, tem apoio da prefeitura, mas falta uma articulação para desenvolver um projeto. Sugeriu a elaboração de uma agenda de trabalho decente, que abranja outros municípios, pois o estado da Bahia tem um fundo especializado, que poderia abranger até CSJT. Destacou ainda a importância de se escutar as associações locais. Frisou, por outro lado, que, quanto aos projetos de lei parlamentar sobre as Normas Regulamentares, faz-se relevante estreitar os laços com a Assessoria Parlamentar do TST.

Ato contínuo, o Ministro Balazeiro solicitou que a Juíza do Trabalho Gabriela Lenz agende uma reunião com a Assessoria Parlamentar do TST. Inqueriu sobre como é realizado o repasse orçamentário do Programa aos TRTs.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

## 10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro

### Via Chamada de Vídeo 16 de dezembro de 2022

O Desembargador Sebastião Geraldo esclareceu que o critério utilizado para o repasse de recursos aos Tribunais Regionais consiste no porte do tribunal, se grande, médio ou pequeno. Salientou a importância de a distribuição dos recursos ocorrer no primeiro semestre. Acresceu que a equipe de apoio do PTS solicita aos TRTs um relatório de aplicabilidade dos recursos repassados. Sugeriu o tema “saúde do trabalhador como direito fundamental” para ser debatido pelo Programa em 2023.

O Juiz do Trabalho Leonardo Wandelli destacou a atuação do TRT12 no âmbito do PTS, reforçando que tal desempenho merece ser divulgado, pois gera uma capilarização.

O Ministro Balazeiro enfatizou que as questões relacionadas ao orçamento e ao planejamento do PTS são fundamentais. Sugeriu, dessa forma, que seja providenciado, para janeiro de 2023, um cronograma escrito das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Programa. Propôs também que seja solicitado aos TRTs o envio prévio de um relatório das atividades que serão desempenhadas durante o ano de 2023.

A Juíza do Trabalho Gabriela Lenz aventou que, ao invés de se repassar o orçamento ao TRTs por região/porte, deve-se abrir espaço para o cadastramento de projetos.

Por fim, o Ministro Balazeiro agradeceu a presença de todos e de todas e afirmou que agendará uma nova reunião no início do ano de 2023 para se aprofundar nas questões relacionadas ao planejamento e orçamento do Programa.

A ata foi submetida aos membros do Comitê e aprovada.

Nome	Assinatura
<b>MINISTRO ALBERTO BASTOS BALAZEIRO</b> Coordenador do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro – PTS	
<b>SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA</b> Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	
<b>LEONARDO VIEIRA WANDELLI</b> Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	
<b>MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**10ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro**

**Via Chamada de Vídeo  
16 de dezembro de 2022**

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	
<b>MARIA BEATRIZ THEODORO GOMES</b> Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	